



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000177-05.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**  
 Requerente: **Rogério Francisco de Assis**  
 Requerido: **Sindicato dos Empregados do Comercio de São Carlos e Região - Sincomerciários**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**Rogério Francisco de Assis** propôs a presente ação de reparação de danos materiais e morais em face do **Sindicato dos Empregados do Comércio de São Carlos e Região- Sincomerciários**. Alegou que foi dispensado do emprego sem justa causa sendo que não houve pagamento correto das verbas rescisórias, horas extras, FGTS e INSS. Procurou o requerido, sindicato de sua categoria, para que fosse intentada ação trabalhista em face do antigo empregador. No entanto, informou que por desídia, o requerido deixou transcorrer o prazo prescricional e não intentou a referida ação. Que, ciente de sua desídia, o Sindicato, aproveitando-se de sua pouca instrução, restituiu pequena parcela do valor devido e lhe fez assinar recibo dando quitação à dívida. Requereu a gratuidade processual, a indenização pelos danos matérias suportados bem como indenização por dano moral no valor de R\$50.000,00.

Acostados à Inicial vieram os documentos de fls. 07/20.

Deferida a gratuidade processual (fl. 21).

Citado, o requerido contestou a ação (fls. 26/33). Preliminarmente, suscitou sua ilegitimidade passiva e a carência da ação, diante da quitação dada pelo autor em relação às perdas declaradas por ele próprio, objeto da presente. No mérito, informou que não era o sindicato competente para o ingresso com a ação desejada pelo autor, razão pela qual, por mera liberalidade, encaminhou os documentos do autor para o Sindicato de Rio Claro. Que obteve a informação desse sindicato no sentido de faltarem documentos para a propositura da ação sendo que por diversas vezes tentaram contato com o autor, sem sucesso. Que nunca assumiu qualquer obrigação para representar o autor judicialmente e nem ao menos foi realizada procuração para tanto. Que também por mera liberalidade restituiu o valor dos prejuízos declarados pelo autor, nada mais havendo a ser reclamado. Impugnou os cálculos efetuados pela parte requerente. Alegou que o autor detinha mera expectativa de direito e que pelos poucos documentos que detinha a ação seria possivelmente, improcedente. Requereu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 34/74.

Réplica às fls. 81/89.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**É o Relatório.**

**Decido.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Preliminarmente, não há que se falar em ilegitimidade da parte para responder à ação. A relação jurídica entre as partes foi estabelecida quando o réu, competente ou não para a propositura da ação trabalhista, atendeu o autor e se manteve na posse de seus documentos, se incumbindo de dar andamento nos procedimentos necessários à propositura da ação, seja pelo encaminhamento dos documentos ao sindicato responsável, seja pelo ingresso da ação. Além do mais foi o próprio réu quem realizou o pagamento de determinada quantia ao autor, assumindo, dessa maneira, sua responsabilidade quanto ao ocorrido. Os documentos de fls. 14/15 demonstram claramente a relação jurídica entre as partes.

Também não há que se falar em carência da ação. O recibo de pagamento elaborado pelo Sindicato réu (fl. 14) não tem o condão de eliminar a possibilidade de verificação jurisdicional quanto à ocorrência de possível negligência para com o autor. O autor busca a reparação dos danos sofridos pela negligência do réu e utiliza o meio correto para tanto, sendo o que basta. Ainda, a quitação diz respeito ao valor que constou no documento, nenhum centavo a mais.

Dito isso, passo ao mérito.

Trata-se de pedido de reparação de danos materiais e morais que o autor intentou em face do Sindicato réu, diante de sua negligência em ingressar com a ação trabalhista quando da demissão de seu antigo posto de trabalho.

Verifico que não houve impugnação quanto ao fato de o autor ter procurado o réu, munido de seus documentos, requerendo o ingresso com ação trabalhista em face do antigo empregador, a fim de requerer as verbas trabalhistas que entedia devidas, tornando-se tal fato incontroverso.

O requerido se atém a alegar que a competência para o ingresso com a ação era do Sindicato de Rio Claro e que este não ingressou com a ação devida pela culpa exclusiva do autor, que não foi encontrado diante de inúmeras tentativas, sendo que nada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

veio aos autos nesse sentido.

Em que pesem as alegações do réu, no momento que foi procurado pelo autor e manteve para si a guarda dos documentos para o ingresso judicial da ação trabalhista cabível, gerou no autor expectativa de ter seus pedidos analisados judicialmente. Independente do resultado do processo trabalhista, ao autor cabia a prestação jurisdicional, não recebida pela inércia do réu.

Não me parece lógico que o sindicato réu tenha, apenas munido de boa fé e por mera liberalidade, realizado o pagamento de um valor que nominou de "verbas rescisórias", a que tinha direito o autor, não fosse por ter constatado sua negligência no caso concreto.

Dessa forma, presentes as condições ensejadoras do dano moral pleiteado.

Frise-se que o mero aborrecimento com as situações cotidianas não gera dano moral e deve ser suportado por todos aqueles que vivem em sociedade. Este, entretanto, não é o caso dos autos. O dano moral ocorreu pela negligência da parte requerida, por não ter passado corretamente as informações devidas, deixando o autor na expectativa do direito, sendo o que basta.

Cumprе destacar que na fixação do valor da indenização por dano moral, à falta de regulamentação específica, certos fatores têm sido apontados como determinantes do alcance da indenização. A conduta das partes, condições econômicas do ofendido e do ofensor e a gravidade do dano são de suma importância dentre os fatores hauridos da experiência comum.

O valor da indenização deve ser arbitrado considerando, ainda, que deve servir como fator de reparação à lesão sofrida pela parte autora e também, deve ter caráter pedagógico de forma a desestimular comportamentos semelhantes ao praticado pelos réus.

Neste sentido, fixo a indenização por dano moral em R\$ 5.000,00, quantia que entendo suficiente para reparar a dor sofrida pela parte autora, sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, servindo de fator intimidativo à parte ré, na prevenção de condutas semelhantes à discutida nos presentes autos.

Ao contrário, não há que se falar na ocorrência de danos materiais passíveis de indenização. O autor tenta transferir para a esfera cível a análise que deixou de ocorrer no âmbito trabalhista, juízo competente para tanto, o que não se pode admitir.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC apenas para condenar o réu ao pagamento do valor de R\$5.000,00 a título de danos morais, com correção monetária pela tabela prática do TJSP e juros de mora de 1% ao mês desde a publicação da sentença, já que o fator tempo foi levado em consideração para a fixação do montante.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

condenação atualizado, para cada parte, nos termos do art. 85, §14, do CPC, observando-se a gratuidade concedida ao autor.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, querendo, o autor deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 04 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**